PAISAGENS EM DEBATE n. 01

revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU.USP -

outubro 2003

LICENÇA DE USO

Este artigo é disponibilizado sob uma licença Creative Commons, como parte da proposta da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (http://www.espiral.org.br) e do projeto acadêmico em http://www.ambiente.arq.br.

Você pode reproduzir e distribuir esse material desde que citando devida e visivelmente os dados de autoria e publicação, sem adições, cortes ou qualquer meio que altere o sentido ou prejudique a integridade original do material, sem finalidades comerciais ou de propaganda de qualquer tipo, ou em contextos que promovam qualquer forma de violência, o racismo, discriminação. Caso distribua esse material, o fará explicitando essa licença. Sob nenhum aspecto essa licença representa seção de direitos.

GESTÃO DE PAISAGENS? A NATUREZA DAS DIFICULDADES

Euler Sandeville Jr.

Arquiteto e Urbanista (PUC.Camp, 1981), Arte-Educador (FEBASP, 1983), Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU.USP, 1994, 1999), Pós-Graduação em Ecologia (USJT, 1996)
Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
site: http://www.ambiente.arq.br

Resumo

Tomando como princípio que a paisagem é uma herança natural e social e, portanto, um patrimônio coletivo, o artigo coloca em questão quais os princípios efetivamente praticados na gestão urbana da cidade, apontando algumas recomendações para superar essas condições e propugnando um novo conceito designado como gestão de paisagens.

Abstract

Landscape is a natural and social inheritance and, therefore, a collective patrimony. This article puts in subject how has been the practices in the urban administration of the city, pointing some recommendations to overcome those conditions and recommending a new approach designated as landscapes management.

Uma cidade bela e hospitaleira para seus próprios moradores será medida por sua urbanidade, espírito cívico e democrático, que permita a participação de todos os cidadãos na definição de como iremos transmitir as heranças coletivas consolidadas nas paisagens. Há que se perceber que esses ambientes onde se dá nossa existência não são nossos, pois os recebemos tão de passagem como é breve nossa vida diante do tempo coletivo do trabalho e do tempo geológico que formam as paisagens. São ambientes que dizem respeito não só às nossas, mas às vidas de nossos antepassados e de nossos descendentes.

Toda paisagem é uma herança (AB'SABER 1977, SANDEVILLE JR. 1993, Willian Morris apud MAGNOLI 1987) da natureza e do modo como nela trabalharam, viveram e das coisas nas quais acreditaram os que vieram antes de nós. É uma herança que não nos pertence, como não pertence aos que nos antecederam, nem será, senão por um pouco, daqueles que nos sucederão. É, portanto, uma herança que não está fechada jamais; inconclusa, é um processo do qual participamos e cujo destino ajudamos a dizer qual será.

As proposições podem parecer válidas, mas alcançá-las não é simples. Qualidade de vida e qualidade ambiental urbana estão em relação direta com a cidadania. Cidadania não é apenas o acesso ao voto ou ao posto de saúde e à escola, coisas sem dúvida indispensáveis. É um conceito mais amplo (VIEIRA & BREDARIOL 1998), que implica na possibilidade de participar criticamente na luta pela construção dos direitos e para fazer valer esses direitos. É o exercício da construção dos direitos e deveres de uma geração diante das mudanças tão rápidas no ambiente, na economia, nos valores, na tecnologia...

Apesar do modelo de urbanização vigente no Brasil ter negado até agora a qualidade espacial e o valor humano como valores intrínsecos, exceto naqueles pontos e ilhas de exceção como alguns parques, alguns monumentos e alguns bairros de classe média e alta, cada uma de nossas cidades guarda inúmeras possibilidades de reverter esse modelo. Construídas à revelia dos valores básicos que distinguem o ser humano como tal, parecendo privilegiar apenas as direções mais mórbidas da personalidade como a violência e a ambição desenfreada, é óbvio que o enfrentamento desse quadro exigirá um trabalho de longo prazo.

Será necessário mudar as bases conceituais da percepção e das práticas sobre as paisagens. Há que mudar o conceito de gestão patrimonialista, ancorado em obras de visibilidade política, de melhoria de infra-estrutura em locais privilegiados do ponto de vista imobiliário, de projetos de ocasião que desconsideram as noções públicas do tecido urbano, mesmo sob a rubrica de valorização do patrimônio e da criação de espaços livres. A gestão urbana tem se limitado no geral à alocação de recursos para grandes obras e de verbas de consumo para atividades rotineiras de manutenção. Há assim entre esses extremos um enorme gap, exatamente onde se poderia constituir um conceito válido de gestão da cidade (SANDEVILLE JR. 1993, 2001).

O maior acervo para que venham a ocorrer mudanças, em todas as cidades, está em haver gente que efetivamente se disponha a mudar a prática de construção que tem presidido os processos de construção social do espaço. Este será o diferencial que garantirá - ou não - a mudança de uma lógica especulativa e produtiva que se apropria das instituições públicas. A resposta não virá do partido que se coloque no governo, mas

das pessoas que estão fora do governo. Os recursos técnicos e econômicos para que se adote uma outra direção existem há muito, o que não tem havido é vontade. Razão pela qual soluções que são em sua concepção até simples têm sido ocultadas da população, mas vivemos tempos em que cada vez mais gente aceita com dificuldade esses procedimentos que pertencem a um país do passado e que nos trouxeram aos graves problemas atuais.

Colocada a coisa em termos de princípios, fica mais nítido. Os princípios antecedem as realizações. É necessário ler não a letra, mas o sentido. Quais são os princípios efetivamente praticados na gestão urbana da cidade, quais os resultados? Quais deveriam ser? O argumento de que temos urgências, não temos recursos, infraestrutura técnica etc., é uma desculpa para continuarmos fazendo o que já estamos fazendo. Propomos uma inversão de prioridades e valores, de práticas, ou melhor, um resgate, na medida em que devemos considerar o atual quadro de coisas uma inversão.

Por enquanto, o que faz cada cidade ser o que é, o que deveria ser sua razão de existir, que é a qualidade de vida e realização de seu povo, é relegado a um plano secundário, no mais das vezes assistencialista. Também o quadro natural, visto como um inimigo a ser vencido e subjugado à utilidade das ruas e edificações, sucumbe deformado, poluído, quando muito se reservando uns poucos remanescentes numa perspectiva meramente compensatória. Daí a sugestão de algumas ações que, somadas a outras tantas que não tratamos aqui, ajudariam a reverter o quadro atual:

1. O cuidado com as áreas de expansão urbanas, até aqui pensadas como periferia da cidade e não como cidade.

2. O sistema de espaços públicos ser considerado um dos elementos estruturadores da cidade, com funções sociais e ecológicas, pois até aqui tem sido considerado estrutural a circulação e o uso do solo e os espaços públicos, quando não sucumbem nessa lógica, são vistos em uma perspectiva desarticulada e decorativa do projeto urbano.

3. Valorização de elementos lineares de períodos anteriores, como os rios e linhas férreas, vistos até aqui como barreira e cicatriz no tecido urbano, "vazios" circunscritos por muros indiferentes, galerias abertas ou tamponadas para o tráfego dos dejetos e cercadas pelo tráfego marginal de veículos. poderia agora se tornar um estratégico elemento de integração da vida urbana, de lazer e preservação ecológica. Em uma visão mais arrojada, através de um consórcio de municípios em parceria com outros níveis de governo, tanto a linha da água quanto a do ferro tornariam a ser um caminhos que unissem essas histórias de tantos lugares, criando um amplo movimento cultural e unindo remanescentes naturais resgatando funções ecológicas até agora perdidas para sempre.
4. Valorização dos centros históricos e comerciais, soterrados pelos anúncios, obras viárias e usos indevidos, mas com enorme poder de atração e referência, e portanto de uso público, através de programas de gestão adequados e de baixo custo, valorizando edifícios e logradouros ansiosos por contar às gerações novas as histórias que fizeram a cidade, mantendo inscrito no presente as evidências das lutas, dos enganos e conquistas do passado.

5. A qualificação cotidiana do tecido urbano é uma condição sem a qual não haverá melhoria da cidade (SANDEVILLE JR 1993, 2001). Presos aos grandes fatos e às grandes novidades, temos desprezado a cidade onde ela é cidade, ou seja, no

espaço cotidiano da vida da maioria das pessoas. A valorização dos bairros a partir de uma gestão participativa do espaço público, dos equipamentos sociais e dos investimentos, é o ponto que deveria ser o pilar da gestão municipal. A grande expectativa de mudança que podemos ter na cidade não vem tanto de grandes investimentos em muitos pontos da cidade mais do que urgentes, mas da qualificação dos lugares através de planos de ações locais inseridos em planos de gestão da paisagem, a partir da participação da população e a revisão das opções construtivas vinculadas a interesses antiquados de empresas prestadoras de serviços ao setor público.

Foto 1: placa da Comissão Geográfica (1954) assinalando as nascentes do rio Tietê (foto Euler Sandeville Jr.)

Foto 2: porto de areia em Itaquá às margens do Tietê, com cavas encerradas e em operação (foto Euler Sandeville Jr.).

Foto 3: afluente em sub-bacia do Tietê, na área urbana de São Paulo, Lapa (foto Euler Sandeville Jr.)

Foto 4: de ribeirão nas proximidades do Parque da Cantareira, zona norte de São Paulo (foto Euler Sandeville Jr.)

Muitas outras questões podem ser colocadas. Mais importante, é entender que essas considerações e outras que possam se somar, só têm aplicabilidade a partir de uma visão de conjunto orientada ao interesse público fácil de ser delineada do ponto de vista conceitual e operacional mas não do político (SANDEVILLE 2001). As ações pontuais, se feitas apenas ao sabor das oportunidades e urgências, mesmo se bem intencionadas, desvinculadas de objetivos e orientações de ordem mais geral continuaram por sobrecarregar os cofres públicos, a dificultar a gestão do espaço e logo caindo no esquecimento.

A estrutura administrativa das prefeituras está totalmente voltada a esse tipo de ação, favorecendo a apropriação e divisão de interesses que são políticos, de investimento, e de contratação de empresas aos quais os interesses políticos se ligam, tornando necessariamente ineficientes as ações. Além disso, esse sistema tão facilmente presa desses interesses particulares, não dá conta da natureza do problema, que é integrado. A paisagem é uma dimensão de síntese (AB'SABER 1977) e qualquer ação feita nos moldes antigos, fragmentada e desarticulada, só vai na direção de um tecido urbano fragmentado e desarticulado decorrente dos processos já apontados: na direção do que já não deu certo.

Ocorreu-me então (ampliando minha posição em SANDEVILLE JR e SUGUIMOTO 2003) propor que cada cidade procure símbolos novos. Na verdade todas as cidades têm definido ao menos alguns ícones: o edifício do antigo Banespa no centro (antes já fora o Teatro Municipal e a Sé), a avenida Paulista, o Cristo Redentor, Copacabana, as centenas de cristos sobre os morros que cercam pequenas cidades pais afora. Mas agora proponho um desafio maior: que cada cidade encontre um símbolo que seja inquietante, um anti-símbolo que provoque à ação e à reflexão. Talvez a inquietação incomode, mas aí estará

seu mérito. Você passará a ser obrigado a conviver com ela e, para isso, tem que fingir que não está lá, ou passa a ser convidado e desafiado a mudá-la. Qual símbolo poderia representar os sonhos de progresso e todas as oportunidades perdidas e, ao mesmo tempo, exigir um posicionamento diverso quanto a futuro.

Claro que estes anti-símbolos, uma vez transformados, deverão permitir retorno de benefícios para a população. Mas que possam ser também, se continuarem a ser pensados isolados da paisagem e do sentido público, a notícia de mais uma perda de oportunidades. Está na hora de substituir os símbolos de modernidade, de desenvolvimento econômico, de heróis históricos ou coletivos genéricos, por aqueles que revelem seu sentido pelos usos que as pessoas fazem deles enquanto espaços de sociabilidade, integração social e ambiental, cooperação e solidariedade.

Para São Paulo ousaríamos sugerir os rios. Não apenas o absurdo do Tietê e o Pinheiros (este, numa das áreas mais valorizadas transformado gradualmente em um romântico pomar), mas todos os rios entulhados de lixo, de terra, canais de esgoto e margeados por habitações que indicam para muitas pessoas não uma opção, mas uma paisagem da sobrevivência possível. Poderíamos também sugerir as crianças nas ruas e na violência. Portanto, quando nos pedirem um cartão postal da cidade, envergonhadamente ofereceremos estes, até que sejamos capazes de oferecer essas mesmas imagens sob um nova perspectiva e prática.

Envergonhadamente, para que o cinismo que nos permite conviver com eles dia-a-dia não tome conta dessas imagens que temos recusado, transformando-as em fotos belas para as quais podemos olhar nas revistas e cartões, mas das quais fugimos nas ruas.

Teremos aí um belo símbolo das oportunidades que perdemos, de tudo o que de bem ou mal investimos em esperanças e erros que não devem mais ser cometidos. Um belo símbolo porque no presente ainda é capaz de incomodar a consciência de muitos cidadãos. Não é belo pelo que se perdeu, pois o que se perdeu é trágico, mas pelo que poderá ensinar. Não se trata da denúncia de um passado recente, mas de um convite ao futuro, ao resgate de tudo o que se pode construir de prazeroso, de ambientalmente equilibrado, de socialmente atraente e útil para o desenvolvimento da vida comunitária, se tão somente se quiser, houver vontade política e participação da sociedade.

As respostas virão com a prática: a) "não queremos ser senão o que perdemos e estamos bem como estamos", ou b) "vamos resgatar nas perdas do passado as oportunidades do futuro que desejamos". Aí permanece a cidade de coração aberto à espera da resposta em atitudes desta geração. Trata-se de deixar uma herança mais rica às gerações seguintes (Morris apud MAGNOLI 1987), usufruída desde já pelas atuais. Estão aí os rios, as ruas e praças, as linhas férreas, os centros comerciais e núcleos históricos, os equipamentos sociais, os bairros, as montanhas e suas encostas, a convidar que a cidade tire o melhor partido das condições que hoje tem em mãos. Luta que não pertence a uma cidade, mas a todas as cidades brasileiras e para a qual cada cidade é convidada a dar sua contribuição original, exemplar, ou manter a consciência cínica de que sua opção foi continuar o caminho por onde vinha.

Fotos 5 e 6: moradores cuidando da entrada da residência, na zona norte próximo à reserva da Cantareira e zona oeste, Lapa: afeição e cuidado com o lugar de cada um (fotos Euler Sandeville Jr.).

Bibliografia citada

AB'SABER, A.N. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras. São Paulo, Boletim Geomorfologia, nº 55, Inst. de Geografia da USP, 1977

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Memorial de Titulação. São paulo, FAU-USP, 1987, mimeo

REDARIOL, Celso; VIEIRA, Lizst – Cidadania e política ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SANDEVILLE JR., Euler. A Gestão da Paisagem – Uma experiência Pioneira em São Paulo, SP na Revista de Pós Graduação do Unibero Ano I, no 1. São Paulo, abril de 2001. (p. 43-59)

SANDEVILLE JR., Euler. A herança da paisagem. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1993.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; SUGUIMOTO, Flavia Tiemi. Carta a Marília: visões do futuro próximo. Diário, Marília, p. 02-02, 10 set. 2003

Nota dos Editores

Os artigos publicados em ***PAISAGENS EM DEBATE*** não refletem opinião ou concordância dos professores da FAU nem da equipe editorial da revista, sendo o conteúdo e a veracidade dos artigos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

Os autores ao submeterem os artigos a ***PAISAGENS EM DEBATE*** consentem no direito de uso e publicação dos mesmos por meios eletrônicos e outros pela Área de Paisagem e Ambiente (eventualmente em parcerias com terceiros), com finalidades acadêmicas, de debate e divulgação de informação. Ou seja, os artigos publicados passam a fazer parte do acervo da Área.